

PARECER COMINV 006/2022

ASSUNTO: Análise relatório Mensurar junho de 2022

1. RELATÓRIO

Trata-se de relatório do mês de junho de 2022 do Comitê de Investimentos correlato a análise do Relatório da Empresa Mensurar sobre as questões da carteira do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Paraopeba – IPREVPBA.

Estudada a matéria, passamos a opinar.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Empresa Mensurar enviou a este Comitê o relatório referente ao mês de junho do corrente, com destaques aos principais pontos correlatos ao mercado financeiro global e também em relação aos investimentos da carteira do Instituto. Elencamos abaixo os pontos principais:

O mês de junho foi o período marcado pela percepção de risco de recessão nas economias desenvolvidas, além de preocupações referente a pandemia na China. Sobre a situação brasileira, ainda se agrava devido ao risco fiscal que deteriora o cenário doméstico.

A cautela sobre a China é a manutenção da política covid zero e a redução das restrições sobre a quarentena. Dado o elevado nível de incertezas quanto a recuperação econômica, as projeções para a economia chinesa seguem pessimistas.

A Europa, por sua vez, ainda enfrenta problemas geopolíticos devido a dependência de commodities de energia da Rússia. Dado esse problema, a perspectiva da economia se deteriora com a inflação e a sensibilidade de iniciar o ajuste da taxa de juros pelo Banco Central Europeu.

Nos EUA, o índice de preços ao consumidor já atingiu 8,6%, frustrando as expectativas de inflação. Os mercados em alerta já projetam uma política monetária mais robusta pelo Fed, o que derrubou as bolsas mundiais. O FOMC elevou a taxa em 0,75% e nesse momento se discute a probabilidade de uma recessão de uma das economias mais desenvolvida.

No Brasil também não foi diferente no que se refere à preocupação sob a inflação. Contudo, o destaque do mês foram as medidas que o governo e o Congresso propuseram para reduzir os preços dos combustíveis, limitando o ICMS em até 17%. Outro texto discutido foi a PEC dos auxílios, que tinha a proposta de aumentar o Auxílio-Brasil, aumento no vale gás, criação de vale combustível para caminhoneiros e auxílio para taxistas e motoristas de aplicativos. Esse momento de política populista eleva o risco fiscal, uma vez que as despesas governamentais aumentariam em cerca de 41 bi de reais, contribuindo para uma despesa acima do teto de gastos.

Em relação aos dados econômicos brasileiros, o PIB cresceu 1% frente ao trimestre anterior, refletindo também na geração de 277.018 novos empregos. O IPCA-15, subiu acima das expectativas, com o resultado de 0,69%. O Copom elevou novamente a taxa de juros e a Selic se encontrar no patamar de 13,25%.

O mercado global continua se deteriorando, marcado por persistentes pressões inflacionárias. Essas pressões derivam, além da recuperação global pós pandemia, avanço acelerado nos preços de commodities, tensão geopolítica e pela política zero Covid chinesa.

Diante deste cenário o portfólio do IPREV-PBA apresentou queda de 0,35% no mês frente a meta de 1,12%. A partir das condições mundiais do mês, o fundo de benchmark externo BB FIC FIA Bolsa Asiáticas BDR Nível 1 -3,26%, enquanto o outro fundo externo Itaú FIC FIA BDR Nível 1 conseguiu se defender da volatilidade e rentabilizou 0,19%. O fundo Orla BRA1 Renda Fixa também contribuiu em -12,34%.

O fundo multimercado Itaú FIC Private Multimercado S&P500 também contribuiu negativamente com uma queda de 7,79%. No mercado doméstico, os fundos BB FIC FIA Quantitativo e Caixa FIC FIA Ações Livre também apresentou resultado aquém com queda de -12,76% e -10,52 respectivamente. Vale ressaltar que a exposição a esses ativos de risco corresponde cerca de 14% da carteira. Isso quer dizer que a rentabilidade da renda fixa não foi suficiente para capturar a meta.

Por fim, destaca-se que o portfólio está enquadrado de acordo com os limites estabelecidos pela Resolução CMN 4.963 e pela política de investimentos vigente.

É, em resumo, o relatório, passamos a conclusão.

3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, observamos que o relatório foi muito bem elucidativo, servindo de parâmetro para lastrear nossa política de investimentos. Numa avaliação sucinta sobre os impactos do cenário econômico nacional e internacional em nosso portfólio, podemos destacar alguns aspectos relevantes extraídos de pesquisas realizadas em análises e estudos de órgãos de monitoramento de mercado. No cenário internacional, Jerome Powell, presidente do Federal Reserve reforçou o compromisso “incondicional” do banco central de conter a inflação, mesmo reconhecendo que taxas de juros acentuadamente mais altas podem aumentar o desemprego. O Federal Reserve já sinalizou que irá elevar a taxa de juros para muito além do seu patamar neutro para frear a inflação. As expectativas do mercado sobre a atividade econômica dos Estados Unidos se deterioraram e uma **recessão é esperada**. O risco de uma contração econômica na Europa também aumenta, onde as sinalizações de aumentos de juros também elevam as chances de recessão e trazem mais desafios com a dependência energética da Rússia. Essa perspectiva se reflete no movimento recente dos preços de mercado. A intensidade da recessão, no entanto, permanece incerta, o que significa que os preços de mercado não estão totalmente ajustados. De qualquer forma, o aperto na política monetária e a redução do crescimento econômico representam um remédio amargo, mas necessário para controlar as pressões inflacionárias globais. Enquanto isso, no Brasil, o Comitê de Política Monetária (Copom) **elevou a taxa Selic em 0,50 pp, para 13,25%**. No comunicado que sucedeu a reunião, o Comitê indicou outro aumento “de igual ou menor magnitude” em agosto. Nossa estimativa é que o ciclo de alta se encerre com a taxa Selic em 13,75% e permaneça nesse patamar até o primeiro trimestre de 2023. O presidente da República sancionou, no dia 23 de junho, o **PLP 18/2022**, aprovada no dia 30 pelo Senado, que fixa novas regras para a cobrança do ICMS incidente sobre combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. Além disso, define também a zeragem dos tributos federais incidentes sobre gasolina e etanol (válida até 31 de dezembro). Com isso, passamos a incorporar os efeitos das medidas no nosso cenário base com uma **projeção de IPCA de 2022 que passou de 9,2% para 7%**, enquanto a projeção de 2023 subiu de 4,5% para 5,0%. A arrecadação total de impostos federais atingiu R\$ 165,3 bilhões em maio, aumentando 4,1% em termos reais em relação ao mesmo mês do ano passado. O resultado representa outro recorde histórico para o mês, e foram sustentados por uma maior arrecadação das receitas previdenciárias, que subiram 9,4% m/m em termos reais. À medida em que o mercado de trabalho formal continua se recuperando da crise da pandemia, a massa salarial mais elevada começa a produzir ganhos de arrecadação. Esperamos que a arrecadação de impostos continue em trajetória positiva, apesar de alguma desaceleração no segundo semestre deste ano. Seguimos acompanhando de perto o cenário econômico objetivando tomar as melhores decisões de investimentos. Ao contrário dos meses anteriores onde seguimos uma tendência de alta, nosso portfólio apresentou queda de 0,35% no mês, bem abaixo da meta que era de 1,12%, conforme dado extraído do comentário supramencionado. Outrossim, estão sendo estudadas algumas alterações no portfólio objetivando diminuir os impactos do cenário econômico

volátil em nossa carteira, cujo detalhamento será melhor explicado em nossa ata mensal. Destarte, entendemos que o relatório encaminhado atende aos requisitos formais, tendo em vista que não foram encontradas inconsistências nas análises, desta forma, cumprindo integralmente o seu papel de orientar nas melhores decisões de investimento. Diante disso, este Comitê opina pela aprovação do referido relatório.

É o parecer que segue para apreciação do Conselho Fiscal.

Paraopeba, 25 de julho de 2022,



ROSÂNGELA FERREIRA DA COSTA

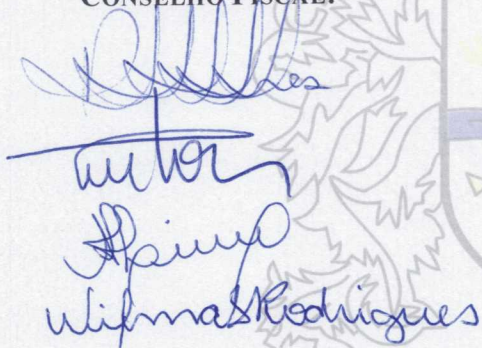


JEAN MARCELL DE FREITAS SANTOS



JOSÉ MÁRCIO PIRES DE SOUSA

CONSELHO FISCAL:



Wilma Rodrigues

